COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007, DO SR. VITAL DO REGO FILHO, QUE ACRESCENTA O ART. 73-A À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO O CONSELHO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007
(Apensa a PEC nº 146, de 2007)**

Acrescenta o art. 73-A à Constituição Federal, criando o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, órgão externo de controle das Cortes de Contas.

Autores: Deputado VITAL DO REGO FILHO e outros

Relator: Deputado JÚLIO DELGADO

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

A reunião de 2 de setembro do corrente foi marcada com vistas à discussão do parecer e de algumas propostas recém apresentadas a este Relator, e nela foram apresentadas e discutidas algumas sugestões de membros da Comissão.

Embora tenham sido mencionadas algumas propostas anteriormente submetidas a este colegiado, a discussão centrou-se em três mais recentes:

a) eliminação da idade máxima para ingresso no Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (também havia sido sugerida a eliminação da idade mínima);

b) inclusão de inciso no artigo 22 da Constituição da República para prever como competência da União legislar sobre normas gerais de organização e processo dos Tribunais de Contas, competência de seus membros, respectivas representações do Ministério Público, concurso público para provimento dos cargos de Auditor, para representante do Ministério Público e para os cargos efetivos de seus serviços auxiliares;

c) revisão do dispositivo que trata da presidência do Conselho, em especial na hipótese de um dos Ministros indicados pelo TCU ser seu presidente, já que era voz dominante ser ele o natural presidente do Conselho.

Quanto à eliminação da idade máxima, igualmente houve concordância dos membros desta Comissão (o que não ocorreu no tocante à da mínima, fixada em idade comumente encontrada no texto constitucional), o mesmo ocorrendo com a nova atribuição legislativa para a União.

Pelo resultado da discussão, este Relator houve por bem acatar a eliminação da idade máxima, a inclusão do inciso no artigo 22 e o oferecimento de uma nova redação ao dispositivo tratando da presidência do Conselho.

Apresentadas de viva voz por este relator e acatadas pelos membros deste colegiado, elaboramos esta complementação de voto apresentando a nova e definitiva versão do substitutivo, em que se incorporam as três sugestões acima comentadas. Nesta versão alteramos a ementa, para que ali conste referência à alteração praticada no artigo 22.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado JÚLIO DELGADO
Relator

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007, DO SR. VITAL DO REGO FILHO, QUE “ACRESCENTA O ART. 73-A À CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CRIANDO O CONSELHO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS”

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2007
(Apensada a PEC nº 146, de 2007)**

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

Altera a alínea “r” do inciso I do art. 102, acrescenta inciso ao art. 22 e acrescenta o art. 73-A à Constituição Federal, para instituir o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e dar outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta Emenda Constitucional altera a alínea *r* do inciso I do artigo 102, acrescenta o inciso XXX ao artigo 22 e acrescenta o artigo 73-A à Constituição Federal instituindo o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

Art. 2º A alínea *r* do inciso I do art. 102 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 102.

I -

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça, contra o Conselho Nacional do Ministério Público e contra o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.” (NR)

Art. 3º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 73-A:

“Art. 73-A. O Conselho Nacional dos Tribunais de Contas compõe-se de nove membros com mais de trinta e cinco anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – dois Ministros do Tribunal de Contas da União, indicados pelo respectivo tribunal;

II – dois representantes dos Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, indicados pela entidade representativa de caráter nacional;

III – um representante dos Conselheiros dos Tribunais de Contas dos Municípios, indicado pela entidade representativa de caráter nacional;

IV – dois representantes, sendo um escolhido entre Auditores e outro dentre membros do Ministério Público especial, com assento nos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, indicados pela entidade representativa de caráter nacional;

V – dois representantes de notável conhecimento técnico e reputação ilibada, sendo um da Câmara dos Deputados e outro do Senado Federal, indicados pelo Plenário do Congresso Nacional.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, o Tribunal de Contas do Distrito Federal equipara-se aos Tribunais de Contas dos Estados.

§ 2º O Conselho será presidido por um dos Ministros do Tribunal de Contas da União, observado o seguinte:

- I- se um dos Ministros indicados pelo Tribunal for seu presidente, este presidirá o Conselho;*
- II- o Ministro presidente do Conselho votará em caso de empate e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal.*

§ 3º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

§ 4º Não efetuadas, no prazo de até cento e oitenta dias após a criação do Conselho, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Tribunal de Contas da União.

§ 5º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira dos Tribunais de Contas e do cumprimento dos deveres funcionais dos Ministros, Conselheiros e Auditores e membros do Ministério Público especial, devendo:

I – zelar pela autonomia dos Tribunais de Contas e pelo cumprimento de suas determinações, podendo expedir atos regulamentares e recomendar providências;

II – apreciar, de ofício ou mediante provocação, a validade de atos administrativos praticados por membros dos Tribunais de Contas, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao cumprimento da lei;

III – receber e conhecer das reclamações contra Ministros, Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas, inclusive contra seus serviços auxiliares e demais órgãos que atuem por delegação ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correccional dos Tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar atos que importem em sanções administrativas, assegurada a ampla defesa;

IV – representar ao Ministério Público em caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de Ministros, Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas julgados há menos de ano;

VI – elaborar semestralmente relatório estatístico sobre atos realizados pelos Tribunais, por unidade da Federação;

VII – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação dos Tribunais de Contas no País e as atividades do Conselho, que deve integrar mensagem do Presidente do Tribunal de Contas da União a ser remetida ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa;

VIII – expedir as normas necessárias para seu regular funcionamento.

§ 6º O Conselho escolherá um Corregedor Nacional dentre seus integrantes, vedada a recondução,

competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas em Lei, as seguintes:

I – receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos Ministros, Conselheiros, Auditores, membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas e aos serviços auxiliares;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

III – requisitar e designar integrantes das Cortes de Contas, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de qualquer unidade da Federação;

§ 7º Junto ao Conselho oficialão um representante da Procuradoria-Geral da República e um do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

§ 8º Será dado conhecimento ao Ministério Público da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme o caso, das irregularidades administrativas apuradas.

§ 9º Os Tribunais de Contas criarão ouvidorias de contas competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra Ministros, Conselheiros, Auditores, Membros do Ministério Público e contra os seus serviços auxiliares, que representarão diretamente ao Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.

§ 10. O Conselho gozará de autonomia financeira, orçamentária e administrativa para o desempenho de suas atribuições;

§ 11. Os atos administrativos a que se refere o inciso II do §5º não abrangem os atos praticados no exercício do controle externo.

Art. 4º. O art. 22 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de um inciso com a seguinte redação:

“Art. 22.

XXX- normas gerais de organização e de processo dos Tribunais de Contas, dispondo sobre a competência de seus Ministros, Conselheiros e Auditores, dos respectivos membros do Ministério Público, concurso público para provimento dos cargos de Auditor, membro do Ministério

Público junto aos Tribunais de Contas e dos cargos efetivos de seus serviços auxiliares.” (NR)

Art. 5º. Esta emenda ao texto constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado JÚLIO DELGADO
Relator